

O PONTAL A PARTIR DO DATALUTA JORNAL

Munir Jorge Felício

FACOPP – Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho”

UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista

Pesquisador do NERA e doutorando em Geografia pela Unesp - Presidente

Prudente munir@unoeste.br

Resumo

Constitui tarefa da geografia o estudo do território como categoria fundamental de análise quando se quer estudar a sociedade a partir da luta de classes. As contradições dessa luta emergem de maneira mais explícita nas dimensões do território possibilitando entender a conjunção de forças opostas. Por isso o lugar onde se dão as disputas políticas e se desenvolvem as conflitualidades é o território material. A cada território material corresponde um território imaterial que é construído simultânea e necessariamente com o objetivo de tornar o primeiro visível ou invisível. Essa é a intenção desse texto: iniciar uma discussão sobre o território imaterial do campesinato.

Palavras-chave: Território imaterial; Campesinato; Conflitualidades; Luta de classes; Geografia.

Abstract

The main geography's aim is to study the territory as a fundamental category specially when studying the society from the class struggle. The contradictions of this struggle emerge explicitly in the dimensions of the territory enabling the understanding of these opposite forces combination. So, the places where these struggles take place and the conflicts develop is the immaterial territory. Each material territory has an immaterial territory built simultaneously and necessarily aiming to turn the first territory visible or invisible. The intention of this text is to begin a discussion about the peasantry's immaterial territory.

Keywords: immaterial territory; peasantry; conflictual; class struggle; geography.

1 Introdução

Esse texto é o resultado de um estudo do Pontal do Paranapanema a partir da análise dos recortes de jornais procurando compreender a realidade dos acontecimentos com as matérias vinculadas nestes periódicos. O estudo inicia tomando contato com a teoria crítica da produção da linguagem denominada Análise do Discurso. Essa teoria separa o discurso da mensagem. Ou seja, separa o texto do seu significado. Enquanto o texto materializa o discurso, o seu significado está, necessariamente, fora do texto. Está na mensagem dele. Assim o significado do que está escrito não está adstrito ao texto. Transcende-o.

Para encontrar a mensagem do texto é necessário compreender o projeto ideológico de onde o texto emanou, pois, o projeto ideológico consiste numa seleção e numa combinação de estratégias, de artifícios, de argumentos, de signos visando estabelecer novas relações de significados. Por isso o estudo prossegue analisando dois projetos ideológicos: aquele que defende as teses do paradigma do capitalismo agrário e aquele que defende as teses do paradigma da questão agrária. Como esses paradigmas defendem teses diferentes produzem um

confronto discursivo o qual foi estudado para elucidar o discurso do conflito.

O discurso do conflito proporcionou conhecer o Pontal do Paranapanema a partir do embate histórico pelo domínio e controle dessas terras que foram e continuam sendo disputadas entre dois projetos de desenvolvimento territorial rural: o projeto agro exportador e o projeto agro alimentar.

2 Análise Do Discurso

A análise do discurso consiste em uma teoria crítica da produção da linguagem desenvolvida por Pêcheux (1995) onde estão interceptadas as noções de sujeito, ideologia e situação sócio histórica. Ao distinguir discurso (a concreticidade do texto) de mensagem (a imaterialidade do texto) essa teoria busca estabelecer a relação da linguagem com a exterioridade. Para a análise do discurso o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social e histórico. Assim, os significados que se pode atribuir são vários e têm a ver com o confronto de forças e de poder no contexto da sociedade, em sua dimensão ideológica. Se a língua é indiferente à divisão de classes essas não o são em relação à língua. O discurso é definido



não como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre emissores. Assim, o significado existe em função da intenção do emissor e do reconhecimento dessa intenção pelo receptor.

O significado do enunciado é aquele que o receptor infere a partir do que diz o emissor, considerada a situação em que foi dito e os princípios de conversação como entende Romão (2002, p. 21):

Desse modo, fica marcado que o discurso será entendido e tomado aqui como efeito de sentido demarcado pelas relações sociais entre classes na permanente disputa pelo poder (e pelo poder de dizer). Por conseqüência, as posições-sujeito, remetendo a esses interesses de classe, abrem um confronto discursivo, quando observo o discurso sobre a terra.

Segundo Marx e Engels (1845/1986, p. 55) a essência humana em sua realidade é o conjunto das relações sociais através das quais “os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos”. Essa dependência mútua se dá de várias formas e são exteriorizadas principalmente pelo uso da palavra como o modo mais puro e sensível de relação social, relação que de maneira nenhuma é neutra e sim intencional,

como explica Bakhtin (1930/1995, p. 36):

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Ainda segundo Bakhtin (1930/1995) tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo o que é ideológico é um signo e sem signos não existe ideologia. Por conseguinte,

[...] a ideologia não pode derivar da consciência como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada (BAKHTIN, 1995, p. 36).

Pêcheux (1995) ao elaborar as bases da teoria materialista do discurso esclarece que o discurso é o lócus das relações entre língua e ideologia fixando-se num texto por meio de conceitos e juízos, porém remete a



outra dimensão fora do texto como mensagem na qual estará presente a sua imaterialidade. É exatamente nesta última dimensão que se dá o diálogo entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor como explica Romão & Pacífico (2006: p. 20-21)

É no movimento de atualização do arquivo que o sujeito-leitor produz sentidos, pois, para a Análise do Discurso, sujeito e sentido constroem-se junto com o texto. E essa construção, como estamos defendendo, acontece quando esse sujeito tem acesso ao arquivo, quando lê o intradiscurso, remetendo-o ao interdiscurso (já-já), caso contrário, o sujeito fará uma leitura ingênua, como se cada palavra estivesse em estado de dicionário.

Desta forma, o interdiscurso e o intradiscurso são condições necessárias para a produção do sentido do texto quando recorre ao seu interior (intradiscurso) e/ou remete ao seu exterior (interdiscurso). Vejamos como Romão e Pacífico (2006, p. 18-20) conceituam o interdiscurso e o intradiscurso:

Na perspectiva da Análise do Discurso, os sentidos estão em movimento e só podem ser lidos se atrelados à teia intertextual que os constitui e que produz e faz falar efeitos. A isso chamamos interdiscurso, conceito cunhado por Pêcheux (1999) como sendo a superfície que sustenta a materialidade dos processos de significação e

apresenta a superfície sobre a qual repousam todos os atos de linguagem.

Assim, o ato de dizer, escrever e ler sempre remete sentidos a um permanente diálogo em que os fios discursivos de um dizer se cruzam com tantos outros fios já falados e tecidos. Quando lemos, entramos em contato com o intradiscurso (Pêcheux, 1999), que é o espaço da formulação manifesto linguisticamente em textos, poemas, cartas, propagandas etc. Entretanto, acreditamos que o intradiscurso só é possível de ser dito e lido porque existe um repetível que retorna, ainda que modificado, sempre organizado pela memória, instituído pelo campo de formulações do dizível.

É através do interdiscurso e do intradiscurso que os sujeitos (autor-leitor) interagem mediados pelo texto, num determinado contexto histórico, social e político pelo processo discursivo de produção de sentidos visando o espaço em que emergem as significações. E assim, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da Análise do Discurso. A seguir veremos em que consiste cada uma destas três formulações teóricas.

Condição de produção da Análise do Discurso é a antevisão das circunstâncias onde interagem os



sujeitos do discurso que passam a constituir a fonte de relações discursivas. A noção de condição de produção está alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Formação ideológica constitui a organizações de posições políticas e ideológicas que num determinado momento histórico, as relações de classe podem se caracterizar pelo afrontamento de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relações às outras.

Formação discursiva representa na Análise do Discurso um lugar central da articulação entre língua e discurso. Ela é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras para preservar sua identidade ou, então, pode ser também um espaço de abertura visando a pluralidade e/ou multiplicidade dos sentidos. Desta forma, a formação discursiva permite o assujeitamento do

indivíduo em sujeito de seu próprio discurso.

Romão (2002) utilizando a Análise do Discurso escolhe o discurso do e sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) partindo do princípio de que se trata de um:

[...] continente desconhecido pela ausência de um único mapa discursivo sobre o movimento; isso porque o conflito sobre a questão da terra, a reforma agrária e a mobilização dos excluídos indicam que há várias rotas divergentes de navegação (ROMÃO, 2002, p. 03).

O objetivo dela consiste em contrastar as formações discursivas (FD) estabelecendo um divisor entre o discurso sobre os sem-terra de um lado e o discurso dos próprios sem-terras falando sobre o MST e sobre si mesmos. Mais do que contraditórias essas formações discursivas são antagônicas por possuírem projetos ideológicos distintos. Defino projeto ideológico como uma seleção e uma combinação de estratégias, de artifícios, de argumentos, de signos visando estabelecer novas relações de significados.

Para Romão (2002, p. 09) a formação discursiva sobre os sem-terras é a dominante, oficial e hegemônica¹, enquanto que a

¹ Prefiro tratá-la de consensual e majoritária.

formação discursiva dos próprios sem-terras quando falam sobre si mesmos é a dominada e a resistente, pois:

Alicerçando de um lado uma FD dominante, cuja marca é a manutenção do “direito sagrado de propriedade”, e de outro, a FD dominada, cujo sentido se constrói a partir da luta pela terra e resistência diante da exclusão.

E mais:

As condições sócio-históricas montam o grande palco do teatro discursivo, orientando os sentidos possíveis para o sujeito na posição social (e política) em que ele se encontra; no caso desse tema de pesquisa, a FD dominante (dono da terra) opõe-se à FD dominada (sem-terra). Tal observação do sujeito como sentidos determinados abre reflexos para que eu compreenda o social e o lingüístico na mesma equação (ROMÃO, 2002, p. 21).

3 O Projeto Ideológico do PCA

Visando analisar os discursos para compreender seus conteúdos e o pensamento de seus autores que se encontram no embate histórico pelo domínio e controle das terras do Pontal do Paranapanema aplicaremos os referenciais teóricos da Análise do Discurso e, de maneira especial, as contribuições de Romão (2002). Essa tarefa será executada a partir do

projeto DATALUTA JORNAL², que desde 1989 recolhe e organiza recortes de jornais de circulação regional (O Imparcial e Oeste Notícias) e de circulação nacional (O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo), nos quais vinculam as matérias jornalísticas cujo conteúdo versa sobre assuntos que tratam da questão agrária na região do Pontal do Paranapanema.

O quadro abaixo é um dos componentes da metodologia do projeto DATALUTA JORNAL. Nele estão explicitados os temas e assuntos que são recortados dos periódicos.

O QUE PESQUISAR? TEMAS DOS ARTIGOS E REPORTAGENS	
<p>AGRICULTURA AGROCOMBUSTÍVEIS AGROENERGIA AGROINDÚSTRIA AGRONEGÓCIO ASSENTAMENTOS BIOCOMBUSTÍVEIS BIOENERGIA BOLSA FAMÍLIA CAMPO E CIDADE CPT ESPAÇO GEOGRAFIA LUGAR LUTA PELA TERRA MARCHA MOVIMENTOS SOCIAIS</p>	<p>MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS MST OCUPAÇÕES DE TERRA PAISAGEM PECUÁRIA QUESTÃO AGRÁRIA REFORMA AGRÁRIA REGIÃO SEGURANÇA ALIMENTAR SOBERANIA ALIMENTAR SEM TERRA SEM TETO TERRITÓRIO TRABALHO ESCRAVO TRANSGÊNICOS VIOLÊNCIA NO CAMPO</p>

² . Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, do Departamento de Geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente.



Denominaremos de formação discursiva dominante (FDD) todos os discursos, e enunciados cujos objetivos visam convencer os próprios produtores rurais e a sociedade como um todo de que o desenvolvimento das terras do Pontal virá exclusivamente pela implantação do modelo agro exportador. Denominaremos de formação discursiva dominada e resistente (FDR) todos os discursos e enunciados cujos objetivos visam convencer os próprios produtores rurais e a sociedade de que é plenamente possível conceber **outro** modelo de desenvolvimento que priorize a produção de alimentos para o mercado interno valorizando as pequenas unidades produtivas e a preservação dos recursos naturais.

Para compreender a FDD faz-se necessário analisar o seu projeto ideológico. Tal projeto é produto de um arcabouço teórico cuidadosamente estruturado no intuito do fechamento de suas fronteiras como proteção de sua identidade e desta forma arregimentar as forças necessárias para o embate. Assim, as suas fronteiras e a sua identidade determinam sua posição de classe com interesses específicos a defender começando com suas posições políticas de afrontamento cujo objetivo é garantir e ampliar sua dominação.

O conteúdo discursivo da FDD é desenvolvimentista e produtivista amparado em bases financeiras, tecnológicas e institucionais de

Forte orientação liberalizante e exportadora imposta à atividade agropecuária, como resultado dos ajustes operados nas políticas macroeconômicas, moldadas para que as exportações agrícolas garantissem o pagamento da dívida externa (LEITE; ÁVILA, 2007, 24-25).

Nesta lógica discursiva estão presentes as alterações ocorridas na agricultura nas últimas décadas, como

A alteração da base técnica da agricultura, associada à articulação com a indústria produtora de insumos (fertilizantes, vacinas, herbicidas etc.) e bens de capital para a agricultura (tratores, implementos agrícolas etc.), e também com a indústria processadora de produtos naturais levou à formação do chamado “complexo agroindustrial” ou “*agribusiness*”, isto é, à idéia de “industrialização da agricultura” (LEITE; ÁVILA, 2007, 42-43).

A FDD propõe a defesa das teses do paradigma do capitalismo agrário. Entre elas está a concepção de que a Reforma Agrária é obsoleta, é questão ultrapassada. O futuro é o agronegócio. Graças aos avanços tecnológicos e as mudanças na estrutura produtiva no campo, os territórios camponeses



serão, necessariamente, tomados pelo agronegócio ou produção obedecendo a sua lógica. O agronegócio é a única possibilidade de desenvolvimento agropecuário por isso procura cooptar a agricultura familiar. A Fetraf-Sul³, parte da Contag; Agrifam(SP)⁴ entre outros, fazem parte do agronegócio pois, a hegemonia do agronegócio é um processo inevitável. Essa ideologia está presente em muitos discursos políticos, em muitas manifestações do NEAD⁵ e em boa parte da academia. O agronegócio é um modelo de desenvolvimento da agropecuária cuja sustentação encontra-se no domínio da tecnologia (a transgênia é um exemplo) e por intermédio dela expande a produção de mercadorias procurando ocupar todos os territórios e controlar todas as relações sociais. Não há desenvolvimento rural que possa prescindir da consolidação da agricultura familiar, por que ela também faz parte do agronegócio. A agricultura familiar é a principal turbina do processo de desenvolvimento territorial e sua inserção no mercado está na própria capacidade de adaptar-se à tecnificação e com ela, racionalizar seu processo produtivo.

Para o paradigma do capitalismo agrário o conceito camponês perdeu o

seu poder explicativo e por isso deve ser substituído pelo conceito de agricultor familiar. Para esse paradigma o conceito de camponês representa o atraso, o velho, o arcaico, o passado. Ele é um resquício feudal. É portador de uma racionalidade econômica incompleta e parcial como defende Abramovay (1998, p. 101 – itálicos no original)

A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente *incompleta* porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma *sociedade parcial*, com uma *cultura parcial*.

É o produtor de subsistência enquanto o agricultor familiar é produtor de mercadorias. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e aos donos do poder.

3.1 O Projeto Ideológico do PQA

O conteúdo discursivo da FDR é revolucionário e contra-ofensivo. Contra-ofensivo é uma concepção desenvolvida por Bourdieu, (2001, p. 19), que pode muito bem ser utilizada pela formação discursiva dos sem-

³ Vide www.fetrafsul.org.br; www.contag.org.br.

⁴ Vide www.fetaesp.org.br; www.nead.br



terras quando interpretam as suas próprias ações:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência.

Nesta formação discursiva revolucionária e contra-ofensiva a (re) criação constante da esperança é a força motriz capaz de levá-la a lugares inimagináveis, pois

O futuro e o rumo dos movimentos de protesto contra os efeitos devastadores da mundialização em curso não estão inscritos de antemão em nenhum lugar. A evolução, o potencial crescimento e a constituição desses movimentos anti-sistêmicos alternativos à ordem existente dependerão, em grande parte, deles mesmos e de sua capacidade de gerar um diálogo democrático e permanente, que sirva para produzir balanços críticos, pra corrigir rumos e recriar constantemente as esperanças (SEOANE&TADDEI, 2001, p. 11)

A capacidade de gerar diálogo da FDR desdobra-se ao propor a defesa das teses do paradigma da questão agrária, dentre as quais está à concepção de que a Reforma Agrária é

condição necessária para um desenvolvimento mais justo, mais equilibrado e sustentado. A defesa da Reforma Agrária implica no combate ao modelo agro exportador, pois, sua enorme produtividade deve-se ao seu poder destruidor de selvas, rios, recursos naturais, organizações camponesas e indígenas. É um modelo agro exportador cuja integração é sempre e necessariamente condição de subalternidade avançando sobre os territórios camponeses impedindo que os camponeses garantam sua existência (e sobrevivência) as quais são condições necessárias para a sua autonomia e seu protagonismo. Neste sentido, a agricultura camponesa familiar é a concretização do contra-território diante do território do modelo agro exportador (agronegócio) ao produzir alimentos e não mercadoria. O camponês é o produtor moderno que procura construir sua autonomia na luta contra o capital, que recusa sua condição de subalternidade criando novos espaços políticos e, desta forma, se organiza entre a resistência e a submissão. Ele se constitui em protagonista e como novo sujeito social, é agente do processo de transformação social, como entende Gramsci (1965/2001, p. 106):

Subalterno é uma coisa, é irresponsável já que é resistente a uma vontade estranha. Esse



subalterno ao se tornar pessoa histórica, uma protagonista sente-se responsável e deixa de ser resistente e passa a ser agente ativo e empreendedor

Pois:

Que compreende a história superando-a com a ação, e que não separa história e filosofia, mas – colocando os homens sobre seus pés – faz destes os artífices conscientes da história, e não os joguetes da fatalidade, na medida em que os seus princípios, isto é, os seus ideais, centelhas que brotam das lutas sociais, são precisamente estímulos à práxis que, mediante a sua ação, se subverte (GRAMSCI, 1965/2001, p. 88).

É esse sujeito da mudança, como compreende Gramsci, que dentro da sociedade capitalista se transforma em alternativa através da ruptura advinda pela sua luta contra o capital como alguém que não se deixa guiar pelas inspirações e ditames exclusivamente econômicos e de acumulação. É por essa razão que as ocupações de terra feita pelos movimentos socioterritoriais em todo território nacional e em particular, no Pontal do Paranapanema pelo MST constitui a identidade da luta pela terra, como explica Stédile, ela é:

Uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. [...]. E a ocupação é uma forma

aglutinadora, não é um grito isolado. [...] Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. (STÉDILE; FERNANDES, 2000, p. 113-118).

As ocupações como identidade da luta pela terra no Brasil é o “abre alas” para a busca de soluções diante dos problemas de concentração de terra historicamente presente nesse país. Os trabalhadores que ocupam as terras reivindicam a democratização da terra, da água e das sementes, além de defenderem a produção de alimentos saudáveis, isentos dos malefícios causados por agrotóxicos e inseticidas.

4 O Discurso do Conflito

Conhecer o Pontal do Paranapanema a partir do projeto DATALUTA JORNAL é interessante, pois ele proporciona a aplicação dos referenciais teóricos acima estudados com os quais é possível verificar o embate histórico pelo domínio e controle dessas terras. A pretensão de tal domínio e controle é histórica como demonstrou Leite (1998, p. 38-44) ao analisar a ocupação do Pontal. Feita por intermédio dos inúmeros conflitos fundiários a ocupação territorial desta região envolveu (continua envolvendo) posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e governo:



A área hoje denominada Pontal do Paranapanema, é parte integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo sua história se liga a outra posse, irmã contígua ao norte, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy [...]. Como algumas propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas, visando obviamente à valorização das terras, estas acabam sendo invadidas por intrusos, alguns até mesmo exibindo o “título de propriedade”, manchado de gordura e amarelecido na fumaça do fogão de lenha. Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes.

Os “títulos de propriedades” apresentados manchados de gordura e amarelecidos eram propositadamente assim preparados para dar a aparência de um documento oficial, o que ficou conhecido como grilagem, um processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos de propriedades.

Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. Embora recente, como se viu, foram usados, porém os mesmos processos antigos, agora mais refinados. Na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, pois que, em verdade, se

constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal (LEITE, 1998, p 191).

Se a ocupação das terras do Pontal deixou marcas na sua história, essas mesmas marcas hoje estão sendo registradas com a luta pela terra que se desdobra através da disputa entre dois projetos de desenvolvimento rural: o projeto agro exportador de um lado e o projeto agro alimentar por outro. Como vimos anteriormente, esta disputa se materializa nas formações discursivas. A dominante FDD defende o projeto agro exportador e a dominada e resistente FDR o projeto agro alimentar. Desta forma, ao se falar no Pontal fala-se, necessariamente, em discurso do conflito. Esse conflito se dá pelo embate discursivo entre a FDD e a FDR como o que está explicitado nas manchetes de quatro periódicos que circularam no dia 05 de fevereiro de 2008 e foram recortados e organizados pela metodologia do DATALUTA JORNAL, a saber:

1. Jornal Oeste Notícias, p. 13: MST FAZ ONDA DE **INVASÕES** NO PONTAL.
2. Jornal O Imparcial, p. 5-B: MOVIMENTOS **INVADEM** 14 FAZENDAS NO PONTAL.
3. Jornal Folha de São Paulo, p. A6 Brasil: SEM-TERRA FAZEM 10 **INVASÕES** EM MENOS DE 24 HORAS EM SP.



4. Jornal O Estado de São Paulo, p. A6 Nacional: MST **OCUPA** 14 FAZENDAS EM 2 DIAS NO PONTAL. (Os negritos são meus).

Chama a atenção a maneira como cada periódico classificou a atuação do MST no Pontal. Para três deles houve invasões nas propriedades remetendo aos leitores a idéia de que o MST desrespeita a propriedade privada agindo contra a lei e perturbando a ordem estabelecida. São, portanto, ações ilegais e como tais, exigem do Estado a cobrança de responsabilidades de quem provocou a desordem. Esse discurso carrega o projeto ideológico da FDD por pretender desqualificar a estratégia dos movimentos socioterritoriais e, em particular do MST, quando ocupam as terras para chamar a atenção da sociedade quanto à necessidade urgente em fazer a reforma agrária como explica Romão (2002, p. 194):

Ao formular “invasão”, o sujeito se coloca em uma FD, que remete a uma FI, ambas desqualificando a estratégia no MST para forçar a reforma agrária no país. É o desenho de um sujeito, que já tem a posse da terra e se vê ameaçado diante da perspectiva de perdê-la ou dividi-la. “Invadir” indica entrar sem permissão, desobedecer a propriedade privada e, desta forma, ir contra a lei.

Enquanto três periódicos classificaram a atuação do MST de invasões nas propriedades, o quarto periódico a classificou de ocupação. Ora, ocupar a propriedade não implica em agir contra a lei, configura exatamente o oposto como foi frisado anteriormente: “*se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado*”. Ocupar significa apossar-se, tornar-se dono, conquistar, habitar, remetendo aos leitores a idéia de que as terras do Pontal são devolutas e ao ocupá-las os trabalhadores o fazem em conformidade com a lei o que significa dizer que quem ocupou respeita e defende a propriedade privada. Esse discurso carrega o projeto ideológico da FDR por pretender justificar a estratégia dos movimentos socioterritoriais e, em particular do MST que ocupa terra para forçar a reforma agrária no país. Contudo, como explica Romão (2002, p. 196), “na gangorra ‘invasão/ocupação’, o que irrompe é a depreciação dos camponeses, que são apresentados como oportunistas...”.

Assim ela continua explicando:

Mais do que isso, os termos “invadir e ocupar” são usados lado a lado, como a aniquilar as diferentes FIs que eles representam e as filiações de sentido a que estão sujeitos. [...] As designações “invadir” e “ocupar” foram usadas lado a lado. Tal uso coloca as FDs diferentes e antagônicas misturadas, de modo que elas



perdem seu traço de contradição e contraste. Instala-se uma confusão, verdadeira mistura de FDs contrastantes, afunilando as diferenças ideológicas de que os dois termos estão vestidos. Visualiza-se uma posição-sujeito, que ora se aproxima num sinal de concordância com o MST e ora o despreza e o trata como objeto repelente e repugnante. [...] O que é possível verificar no funcionamento do discurso jornalístico é o quanto de neutralidade ele pretende deixar como efeito de sentido. Ao dizer “ocupar” no lugar de “invadir” e vice-versa, tenta-se uma manobra radical para aparentar neutralidade, distante das diferenças de posições-sujeito envolvidas e do antagonismo visto anteriormente (ROMÃO, 2002, p. 196-198).

Como foi dito anteriormente a ocupação “*é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra*”. Neste sentido torna-se instigante verificar as reações provocadas diante desse acontecimento no Pontal. Que setores da sociedade se manifestaram? Como e por que se manifestaram? Para efetuar essa tarefa, novamente utilizaremos as pesquisas do projeto DATALUTA JORNAL com seus recortes jornalísticos recolhidos e organizados. Fazem parte deste acervo duas manchetes, nas quais estão registradas duas posições antagônicas

diante do acontecido e, por causa disso, serão utilizadas por estabelecerem um confronto discursivo:

1. **“Único jeito de chamar atenção é invadir”**, diz bispo. Para integrante da Comissão Pastoral da Terra, governo só faz reforma agrária com ‘situação de insegurança’ (Jornal O Estado de São Paulo, 13 de fevereiro de 2008, p. A10 Nacional).
2. **“Não apóio ações que põem vidas em risco”**. Ele critica declarações do bispo que defende invasões e apóia projeto de Serra para fazendas com mais de 500 hectares. (Jornal O Estado de São Paulo, 16 de fevereiro de 2008, p.A16 Nacional).

A reportagem e a fala da manchete 1 refere-se à Dom José Maria Libório Camino Saracho que desde abril de 2002 é o bispo diocesano de Presidente Prudente e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Estado de São Paulo.

A reportagem e a fala da manchete 2 refere-se a Gustavo Ungaro, Diretor-Executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e, na gestão do governo de Geraldo Alckimin foi secretário-adjunto da pasta do Trabalho. Portanto são manifestações de duas autoridades devidamente



constituídas e suas reações necessariamente trarão implicações sociais, econômicas e políticas. A análise dessas duas reportagens e falas não pode prescindir dessas informações, pois as manchetes conduzem posições políticas distintas e só serão explicadas reconhecendo esse embate ideológico.

Nesse confronto discursivo, portanto, encontram-se frente a frente dois projetos ideológicos distintos: a fala da manchete 1 faz parte das FDR por ser revolucionária e contra-ofensiva cujo sentido se constrói a partir da luta pela terra e da resistência diante da exclusão social. A fala da manchete 2 faz parte da FDD por ser consensual dominante e majoritária cujo sentido se constrói a partir da manutenção do “direito sagrado de propriedade”, da defesa da ordem e do estado democrático de direito.

Diante de tais manifestações era possível aguardar um conteúdo diferente desse que está registrado na fala do bispo enquanto autoridade eclesiástica, todavia o mesmo não se dá na fala da outra autoridade pois seu cargo o “proíbe” dizer de outra forma, como esclarece Romão (2002, 194-195):

Ocupando uma posição discursiva condizente com o cargo [...], o sujeito faz sentido no/pelo seu lugar social. É

permitido que, desse lugar, ele se represente como ícone da credibilidade e autoridade capaz de formular julgamentos sobre a terra e seu uso, investido de um saber diferenciado. E o faz, ao julgar a entrada de sem-terra nas fazendas do Pontal. A ideologia proíbe esse sujeito de dizer de outra forma: o seu dizer ganha eco entre os fazendeiros, associando os sem-terra a práticas ilegais, ameaçadoras ao Estado de Direito e criadoras de instabilidade social.

Ao ser interrogado pelo jornalista “A que o senhor atribui o fato de São Paulo ser o Estado com o maior número de invasões” Ungaro responde: “Isso se deve a vários fatores. Um deles é a disputa pelo poder entre os diversos movimentos de sem-terra. Eles disputam território, prestígio, espaço na mídia – e usam as invasões para chamar atenção. [...]”.

Nesta resposta o significado do termo invasão sofre um deslizamento de sentido. A invasão constatada nas disputas territoriais também tem outra serventia como nas disputas de prestígios dentro da sociedade e dos espaços dentro da mídia. Essa manobra é assim esclarecida pela Romão (2002, p. 195):

O sujeito desse discurso manobra o sentido, de tal modo a colocar o sem-terra como oportunista, desonesto e aproveitador de jornais. Ele coloca o MST no centro dos interesses que organizam os



meios de comunicação de massa, envolvido na disputa pela informação. É como se dissesse: o movimento faz qualquer negócio para se auto-promover na tentativa de aparecer na imprensa.

Quanto a reportagem e a fala do bispo diocesano é interessante constatar que a página A10 do periódico está separada em duas por uma tarja preta. Na parte superior desta tarja está a reportagem e a fala do bispo diocesano de Presidente Prudente e, imediatamente, como que dando continuidade a ela, está outra reportagem com a manifestação do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reagindo diante da reação do seu colega no episcopado.

Constatando que a página A10 desse periódico é uma realidade organizada como totalidade será estudada como um bloco único utilizando dois recursos da Análise do Discurso: o intradiscurso e o interdiscurso como condição necessária para a produção de sentido. Pelo intradiscurso há a intencionalidade do autor da matéria jornalística em contrapor as posições políticas defendidas pelo secretário-geral da CNBB e pelo bispo diocesano. O intradiscurso é o espaço da formulação dos textos. É a materialidade necessária para que o conteúdo escrito

garanta sua existência e, desta forma, pode ser lido, constatado, rabiscado, recortado, etc. Desta forma, uma simples tarja preta de aparência neutra ganha uma importância ideológica, pois, como signo ela tem a função de auxiliar o surgimento do significado do texto cuja mensagem ultrapassa os limites do que está registrado. Surge então o interdiscurso.

O interdiscurso remete o leitor para o exterior do texto impedindo-o de fazer uma leitura ingênua como se cada palavra estivesse em estado de dicionário. Essa imaterialidade do texto se desenvolve pela memória discursiva que cada leitor possui. Desta forma, sujeito e sentido constroem-se junto com o texto, como se todos os textos estivessem sempre em estado de “gestação” permanente sendo formados, transformados, modificados, alterados, em “um permanente diálogo em que os fios discursivos de um dizer se cruzam com tantos outros fios já falados e tecidos” (ROMÃO, 2006, p.20).

Assim, o intradiscurso e o interdiscurso que se manifestam pela materialidade e imaterialidade do texto respectivamente são condições para a produção de sentidos do texto, pois, “os sentidos estão em movimento e só podem ser lidos se atrelados à teia intertextual que os constitui e que produz e faz falar efeitos” (ROMÃO,



2006, p. 18). É através do intradiscurso e do interdiscurso que os sujeitos (autor-leitor) interagem mediados pelo texto e pelo contexto histórico, social e político num processo discursivo de produção de sentidos visando o espaço em que emergem as significações. Portanto, é possível o leitor ficar adstrito à intencionalidade do autor da matéria jornalística em contrapor as posições políticas defendidas pelo secretário-geral da CNBB e pelo bispo diocesano. Basta constatar as duas manchetes da página A 10 do periódico: “Único jeito de chamar a atenção é invadir”, diz o bispo diocesano e “Essa não é a posição da Igreja, reage CNBB – Secretário-geral não quer apoio à invasões ‘nem como último recurso’”. Como também é possível ao leitor se livrar dessa armadilha por meio do interdiscurso desenvolvido pela memória discursiva na sua busca de interpretações e na sua descoberta de significações diante desse confronto discursivo. A memória discursiva é composta pelo acúmulo de informações do leitor diante daquilo que aconteceu no Pontal do Paranapanema e que provocou as mais diversas reações.

Quanto ao posicionamento dos dois religiosos vale lembrar que cada um deles fala a partir do seu lugar social e das instituições das quais são porta-vozes. Todavia, ambos têm em

comum a responsabilidade da ação pastoral. Ora, a ação pastoral não pode ser neutra e nem imparcial como demonstrei em outro lugar (Felício, 2006). Ela se desenvolve dentro de uma realidade social determinada promovendo interferência e contribuindo de forma eficaz. Assim sendo, o próprio secretário-geral da CNBB concorda com a ação pastoral do seu colega no episcopado, como registra o periódico em tela: D.Airton, que dirige a diocese de Mogi das Cruzes, na região metropolitana de São Paulo, ressaltou que não conhece os acontecimentos que envolvem a declaração de seu colega. “Ele faz parte de uma pastoral da Igreja que acompanha os problemas agrários do País e conhece bem a realidade dos sem-terra”, explicou. “Pode ser que não esteja vendo outro jeito de agir. Mas, repito, ele não fala em nome da Igreja.”

Quanto a Dom José Maria sua postura a respeito dos conflitos fundiários se mantém como a que ficou registrado no seu primeiro pronunciamento quando assumiu a Diocese de Presidente Prudente:

A Igreja está totalmente com eles (movimentos que lutem pela reforma agrária) e vamos lutar para que o governo tome uma providência e dê terra para quem quer trabalhar. Também vamos lutar por uma reforma agrária justa e que dê condições para o povo viver.



Todos os movimentos sociais merecem respeito e devem ser ouvidos, para que os problemas e conflito no campo sejam sanados. O governo tem de resolver e nós temos de lutar junto com eles para que isso aconteça. Olhar para eles (os movimentos camponeses) com carinho. Mas sem violência, que é repudiada por nós. Em um país como este, é uma vergonha milhares de pessoas passarem fome. A Igreja tem que trabalhar para isso seja resolvido (JORNAL O IMPARCIAL, 2002, p. 2-A).

Essa tem sido a tônica das suas manifestações como demonstram as seguintes manchetes:

1. “Bispo incentiva ocupações de sem-terra na região” – Oeste Notícias, 13.02.2008, p. 1.3.
2. “Bispo de PP fará lobby contra projeto de Serra” – Oeste Notícias, 14.02.2008, p.1.5.
3. “Com aval do bispo, MST faz nova invasão em SP – O Estado de São Paulo, 14.02.2008, p. A10 – Nacional.

Tais manifestações foram rechaçadas e ficaram registradas em outras manchetes estabelecendo outro diálogo do conflito, um confronto discursivo como se pode constatar:

1. “UDR fará representação contra bispo. Entidade ruralista notificará MPE e polícia sobre ‘apologia ao crime’ e invasões no Pontal do Paranapanema – O Imparcial, 14.02.2008, p. 1-A.

2. UDR rechaça ‘apoio’ de bispo a invasões – O Imparcial, 14.02.2008, p. 3-B.
3. Ruralistas se mobilizam contra invasões – O Imparcial, 15.02.2008, p. 3-B.

Para compreender esse diálogo do conflito é necessário ter presente que a ação pastoral desafia, provoca e convoca as forças sociais a solucionarem problemas que vão além das suas individualidades. A ação pastoral compreendida como um conjunto de relações sociais desenvolvidas por um coletivo, num determinado espaço, produz e, simultaneamente, é produto desse movimento de conflitualidade. Desta forma,

O conflito pode ser enfrentado a partir da conjunção de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. (FERNANDES: 2006, 26).

5 Conclusão

Esse texto mostra a importância do projeto DATALUTA JORNAL que, com metodologia adequada, recolhe e organiza recortes de periódicos montando e mantendo um banco de dados a disposição de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.



Desta forma, utilizando esse banco de dados estudamos o Pontal do Paranapanema através das informações dos periódicos como forma de compreender a questão agrária que se desenvolve nesta região. Por ser a questão agrária polêmica e, facilmente, polariza debates, propusemos estudá-la a partir do DATALUTA JORNAL com o auxílio dos referenciais teóricos da Análise do Discurso e, de maneira especial, das contribuições de Romão (2002). O resultado desse esforço configurou num avanço em direção a compreensão de que o desenvolvimento territorial rural nesta região e, em escala nacional em todo o país, se dá pela disputa entre dois projetos distintos: o projeto agro exportador e o projeto agro alimentar.

A disputa entre eles é mantida e ampliada por suas concepções antagônicas que se manifestam tanto na ocupação e exploração do território quanto no espaço que cada um ocupa nos meios de comunicação pretendendo convencer e derrotar os oponentes numa conflitualidade que é inerente do modo capitalista de produção. Por isso o confronto discursivo estampado nos periódicos revela a disputa pelo poder (e pelo poder de dizer) elucidando a luta de classes estabelecida no Pontal do Paranapanema mostrando que a

relação de sentidos estabelecida pelos periódicos é melhor compreendida quando se tem presente esse contexto social e histórico no qual os significados têm a ver com o discurso do conflito de forças e de poder.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Por um movimento social europeu. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci Um estudo sobre seu pensamento político**. 3. ed. nova ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sergio P. & ÁVILA, Rodrigo V. de. **Um futuro para o campo** Reforma Agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

FELICIO, Munir Jorge. **Ação Pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Revista NERA, ano 8, nr. 7, p. 112-124, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão



de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2006.

MARX K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi et. al. 2ª ed. Campinas: Edunicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: **Papel da memória**. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação**. Tese de doutorado apresentada à FFCL – USP de Ribeirão Preto, 2002.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa, PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Era uma vez uma outra história. Leitura e interpretação na sala de aula**. São Paulo: DCL 2006.

SEOANE, José & TADDEI, Emílio (orgs.) **Resistências Mundiais** De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes (Clacso e Laboratório de Políticas Públicas), 2001

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.